

**THOMAS  
PIKETTY E  
O SEGREDO  
DOS RICOS**

Organização:  
Silvio Garcia Bava



# ENTENDER A DESIGUALDADE: REFLEXÕES SOBRE O CAPITAL NO SÉCULO XXI

**Ladislau Dowbor**

Economista, professor da PUC-SP e consultor de várias agências das Nações Unidas. Site: <http://dowbor.org>

O livro de Thomas Piketty está nos fazendo refletir, não só na esquerda, mas em todo o espectro político. Cada um, naturalmente, digere os argumentos, e, em particular a arquitetura teórica do volume, à sua maneira. O estudo é amplo e não se trata de resumir-lo, e sim de apontar alguns eixos interessantes de deslocamento da discussão sobre o que está acontecendo com as nossas economias. Inclui-se como tira-gosto para a leitura do original.

A verdade é que Thomas Piketty, com a força da juventude e uma saudável distância das polarizações ideológicas que tanto permeiam a análise econômica, abriu novas janelas, trouxe vento fresco, nos permitiu desloca- car a visão. Se bem que o problema da distribuição da renda sempre estivesse presente nas discussões, a teoria econômica terminou centrando-se muito mais no PIB, na produção de bens e serviços, e muito insuficientemente na repartição e nos mecanismos que aumentam ou reduzem a desigualdade.

Essa atingiu níveis obscenos. Quando uma centena de pessoas são donas de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto um bilhão de pessoas passa fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira mental avançada. Um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, é tão funcional quanto a metade de uma roda. Para quem controla o sistema, no nível das elites, ou consegue nele se agarrar, no nível da classe média, o processo parece funcional. Para o grosso da humanidade, há dúvidas sobre essa funcionalidade.



Já não se fazem pobres como antigamente. Aqueles bons pobres que diziam humildemente “sim sinhô” nas fazendas do interior, ou os *indígenas* de cabeça baixa, ou os africanos do *bwana*, ou ainda os *coolies* da Ásia, toda essa gente tem hoje informação e consciência de que poderia ter acesso a uma escola decente para os seus filhos, saúde para as suas famílias, um tratamento menos desigual nos confrontos do cotidiano. Há um imenso saco cheio que hoje varre o planeta. A progressiva desagregação e perda de governança planetária tem um denominador comum: o *contrato social* que deveria embasar o nosso convívio como sociedades está cada vez mais corrompido, e a desigualdade está no centro desse processo.

Um amplo estudo do Banco Mundial ajudou bastante ao mostrar que basicamente quem nasce pobre permanece pobre, e que quem enriquece é porque já nasceu bem. É a chamada armadilha da pobreza, a *poverty trap*. Essa pesquisa mostrou que a pobreza simplesmente trava as oportunidades para dela sair. Com Amartya Sen passamos a entender a pobreza como falta de liberdade de escolher a vida que se quer levar, como privação de opções. O excelente *La Hora de la Igualdad* da CEPAL mostrou que a América Latina e o Caribe atingiram um grau de desigualdade que exige que centremos as nossas estratégias de desenvolvimento em torno a essa questão. Isso para mencionar algumas iniciativas básicas. O livro do Piketty não surge do nada, sistematiza um conjunto de visões que vinham sendo construídas.

E há naturalmente o acompanhamento do desastre crescente através de tantas instituições de estudos estatísticos. Hoje conhecemos o tamanho do rombo, temos dados para tudo, sabemos quem são os pobres. O *The Next 4 Billion* do Banco Mundial mostra que temos quase dois terços da população do planeta “sem acesso aos benefícios da globalização”, outros dados nos mostram os dois bilhões que vivem com menos de dois dólares ao dia, outros ainda se debruçam sobre os que vivem com menos de 1,25 dólar ao dia (um pouco mais de um bilhão de pessoas), temos inclusive os detalhes dos 180 milhões de crianças que passam fome, de 4 milhões de crianças que morrem anualmente por não ter acesso a uma coisa tão elementar como água limpa. O *Working for the Few*, da Oxfam/UK, apresenta uma visão geral da desigualdade, em particular a da riqueza (patrimônio familiar acumulado), que ultrapassa de longe a desigualdade da renda.

Os próprios mecanismos foram se tornando mais claros nos últimos anos. O *Tax Justice Network* mostra que os ricos detêm em paraísos fiscais entre 21 e 32 trilhões de dólares, entre um terço e metade do PIB mundial, escapando, portanto, da tributação. O *Economist* confirma esses dados e os arredonda para 20 trilhões. O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica mostra em pesquisa planetária que 147 grupos controlam 40% do capital corporativo mundial, sendo três quartos deles bancos, intermediários financeiros e não produtores. Basicamente, a partir dos anos 1980 o capitalismo entra na fase de dominação dos



intermediários financeiros sobre os processos produtivos

- o rabo passa a abanar o cachorro (*the tail wags the dog*) é a expressão usada por americanos como Joel Kurtzmann
- e com isso a desigualdade entra no processo cumulativo de desigualdade.

Os nossos dilemas não são misteriosos. Estamos administrando o planeta para uma minoria, através de um modelo de produção e consumo que acaba com os nossos recursos naturais, transformando o binômio desigualdade/meio ambiente numa autêntica catástrofe em câmara lenta. Enquanto isso, os recursos necessários para financiar as políticas de equilíbrio estão girando na ciranda dos intermediários financeiros, na mão de algumas centenas de grupos que sequer conseguem administrar com um mínimo de competência as massas de dinheiro que controlam. O desafio, obviamente, é reorientar os recursos para financiar as políticas sociais destinadas a gerar uma economia inclusiva e para financiar a reconversão dos processos de produção e de consumo que revertam a destruição do meio ambiente.

Falta convencer, naturalmente, o 1% que controla esse universo financeiro diretamente através dos bancos e outras instituições e crescentemente de modo indireto através da apropriação dos processos políticos e das legislações. As pessoas não entendem o que é um bilionário, e realmente não é um desafio que faz parte do nosso cotidiano. Mas uma forma simples de entender essa estranha criatura nos é apresentada por Susan George: um bilhão

de dólares aplicados em modestos 5% ao ano numa poupança, rendem ao seu proprietário 137 mil dólares ao dia. O que ele vai fazer com esse dinheiro? Por mais guloso que seja o bilionário, não há caviar que resolva. O dinheiro, portanto, é reaplicado, e a fortuna se transforma numa bola de neve, gerando os super-ricos, os que literalmente não sabem o que fazer com o seu dinheiro.

Um segundo mecanismo a ser entendido é a diferença entre a renda e o patrimônio. A renda é anual – resultado de salário, de aluguéis, do rendimento de aplicações financeiras etc., – enquanto o patrimônio (*net household wealth*, patrimônio domiciliar líquido), constitui a riqueza acumulada, sob forma de casas, contas bancárias (meus dividas), ações e outras formas de riqueza. A verdade é que quem ganha pouco compra roupa para os filhos, paga aluguel, gasta uma grande parte da sua renda em comida e transporte, e não compra belas casas, fazendas e iates, e muito menos ainda faz aplicações financeiras de alto rendimento. O pobre gasta, o rico acumula. Sem processo redistributivo, gera-se uma dinâmica insustentável.

Como esse rendimento não pode ser absorvido pelo consumo individual, transforma-se em mais aplicações, gerando uma espiral ascendente de enriquecimento, enquanto a renda das famílias na base da sociedade estagna. Gera-se assim um processo cumulativo de desigualdade. A partir de um certo nível, o grosso do ganho resulta não do esforço produtivo, mas do próprio mecanismo de aplicações financeiras.



#### A CONCENTRAÇÃO DA RENDA GLOBAL

Riqueza (US\$)	Porcentagem da população mundial	Número de adultos (em milhões)	Porcentagem da riqueza mundial	Riqueza total (em trilhões de dólares)
< 10.000	68,7	3.207	3,0	7
10.000-100.000	22,9	1.066	13,7	33
100.000-1 milhão	7,7	361	42,3	102
> 1 milhão	0,7	32	41,0	99

Fonte: Global Wealth Report 2013, Zurique, Crédit Suisse

Nas cifras da tabela acima, do Crédit Suisse, banco que tem tudo para entender de fortunas acumuladas, constatamos que 0,7% da população mundial, 32 milhões de pessoas, se apropriaram de 41% da riqueza do planeta (patrimônio acumulado, não renda), enquanto 68,7%, 3,2 bilhões de pessoas com patrimônio inferior a 10 mil dólares têm apenas 3%. Cifras muito mais interessantes ainda se referem aos super-ricos, os 0,1 e 0,01% da população mundial, onde essa concentração cresce exponencialmente<sup>2</sup>.

Não só a riqueza se acumula no topo da pirâmide social, mas o rendimento financeiro, que é como os muito ricos acumulam, evolui num ritmo muito superior ao crescimento da economia em geral. As grandes fortunas, inclusive, permitem aplicações financeiras de alto rendimento, muito além das pequenas aplicações típicas da classe média. Tomando o exemplo do fundo de aplicações da universidade de Harvard, cujos dados são abertos e detalhados no longo prazo, trata-se de rendimentos da ordem de 10% líquidos, enquanto a economia cresce entre 1,5 e 2%.

O fato do livro do Piketty se basear na distinção entre o fluxo anual de renda e o estoque de riqueza acumulada,

da, permite assim deixar muito mais claro o processo cumulativo de desigualdade que se construiu na sociedade moderna. Como, além disso, o poder político dos mais ricos permitiu passar leis que desregulam a especulação financeira e que reduzem drasticamente o imposto sobre a fortuna ou sobre transmissões de herança, fica clara a falha estrutural do sistema em termos de equilíbrios de longo prazo<sup>3</sup>. “A evolução geral não deixa nenhuma dúvida: para além das bolhas, estamos assistindo sim a um grande retorno do capital privado nos países ricos desde os anos 1970, ou melhor à emergência de um novo capitalismo patrimonial”. (273)

As projeções para o nosso século, que é o que Piketty apresenta, mostram a necessidade de intervenções reguladoras: “Uma conclusão parece se delinear com clareza: seria ilusório imaginar que existam na estrutura do crescimento moderno, ou nas leis da economia de mercado, forças de convergência que levem naturalmente a uma redução das desigualdades patrimoniais ou a uma harmoniosa estabilização”. (598)

O livro do Piketty não é apenas muito bom, é oportuno. Pois é nessa situação explosiva de desigualdade no planeta, quando até Davos (Davos, meu Deus!) clama que a situação é insustentável, que surge uma explicitação de como se dão os principais mecanismos que geram a desigualdade, como evoluíram no longo prazo, como se apresentam no limiar do século XXI, e, em particular, como o problema pode ser enfrentado.



O raciocínio básico é simples e transparente: os avanços produtivos do planeta se situam na ordem de 1,5% a 2% ao ano, enquanto as aplicações financeiras dos que possuem capital acumulado aumentam numa ordem superior a 5%. Isso significa que uma parte crescente do que o planeta produz passa para a propriedade dos detentores de capital, que passam a viver da renda que esse capital gera, o que justamente nos leva à fantástica concentração de riqueza nas mãos de poucos. E do lado propositivo, esperar que mecanismos econômicos resolvam o desequilíbrio crescente faz pouco sentido: precisamos criar ou expandir, segundo os casos, um imposto progressivo sobre o capital. O que inclusive seria produtivo, pois incitaria os seus detentores a buscar realizar investimentos produtivos em vez de observarem sentados o crescimento das suas aplicações financeiras.

Utopico? Os ricos pagarem impostos não é utópico, é necessário. E tributar o capital parado nas cirandas financeiras, rendendo sem produção correspondente, é particularmente interessante. Na proposta de Piketty para a Europa, seriam 0% para patrimônios inferiores a 1 milhão de euros, 1% para os que se situam entre 1 e 5 milhões, e 2% para os acima de 5 milhões. Não é trágico, não deve levar os muito ricos ao desespero, e geraria o equivalente a 2% do PIB europeu (cerca de 300 bilhões de euros), o suficiente para liquidar por exemplo o endividamento público em poucos anos e tirar os países membros das mãos dos intermediários financeiros (889). Seria um bom primeiro passo.

É interessante puxar essa análise para a realidade brasileira. Na listagem da Forbes 2014 apresentam-se os 15 bilionários do país<sup>4</sup>.

- 1) Marinho, Organizações Globo, US\$ 28,9 bilhões
- 2) Safra, Banco Safra, US\$ 20,1 bilhões
- 3) Ermírio de Moraes, Grupo Votorantim, US\$ 15,4 bilhões
- 4) Moreira Salles, Itaú/Unibanco, US\$ 12,4 bilhões
- 5) Camargo, Grupo Camargo Corrêa, US\$ 8 bilhões
- 6) Villela, holding Itaúsa, US\$ 5 bilhões
- 7) Maggi, Soja, US\$ 4,9 bilhões
- 8) Aguiar, Bradesco, US\$ 4,5 bilhões
- 9) Batista, JBS, US\$ 4,3 bilhões
- 10) Odebrecht, Organização Odebrecht US\$ 3,9 bilhões
- 11) Civita, Grupo Abril, US\$ 3,3 bilhões
- 12) Setubal, Itaú, US\$ 3,3 bilhões
- 13) Igel, Grupo Ultra, US\$ 3,2 bilhões
- 14) Marcondes Penido, CCR, US\$ 2,8 bilhões
- 15) Feffer, Grupo Suzano, US\$ 2,3 bilhões

Veja-se que se trata essencialmente de bancos (concessão pública, com carta patente, para trabalhar com dinheiro do público); de meios de comunicação (concessão pública de banda de espectro eletromagnético para prestar serviço de comunicação à população); de construtoras (as grandes, que trabalham com contratos públicos, nas condições que conhecemos); e de exploração de recursos



naturais (solo, água, minérios) que são do país e que não precisaram produzir: o Imposto Territorial Rural, por exemplo, praticamente não existe no Brasil. É o divórcio crescente entre quem enriquece e quem contribui para o país. Piketty é claro: “A experiência histórica indica ademais que desigualdades de fortuna tão desmesuradas não têm grande coisa a ver com o espírito empreendedor, e não têm nenhuma utilidade para o crescimento”. (944)

Novo? Não, não é novo, mas é apresentado no livro do Piketty de maneira muito legível (inclusive para não economistas), extremamente bem documentada e com uma clareza na explicação passo a passo que transforma a obra numa ferramenta de trabalho de primeira ordem.

- 1 Thomas Piketty - *Le capital au XXI<sup>e</sup> siècle* - Paris, Seuil, 2013 (edição em inglês e em espanhol disponíveis online, em português prevista para novembro) - Os números no nosso texto se referem às páginas dessa edição original francesa. <[http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/01/www.oxfam.\\_org\\_sit-inesquality-200114-en.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/01/www.oxfam._org_sit-inesquality-200114-en.pdf)>; a tabela do Crédit Suisse está na p.9.
- 2 Piketty aponta “o interesse em se representar assim a evolução histórica da relação capital/renda e de se explorar dessa maneira as contas nacionais em termos de estoque e de fluxo”. Thomas Piketty, *Le Capital au XXI<sup>e</sup> Siècle*, p. 305.
- 3 Ver artigo em <<http://dowbor.org/2014/05/patrimonio-dos-15-mais-ricos-supera-renda-de-14-milhoes-do-bolsa-familia-maior-2014-3p.html/>>.



# DIMINUIÇÃO DOS IMPOSTOS, RETORNO ÀS FORTUNAS DE OUTRORA

**Quando se trata dos ricos,  
o menor preço fiscal se tornou, de fato,  
uma moda internacional**

Por Thomas Piketty

Diretor de estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS).

Como as desigualdades de renda, de salários e de patrimônios evoluíram na França ao longo do século XX, e por que? Essa pesquisa repousa em fontes fiscais que nunca tinham sido realmente exploradas durante um longo período e sobre a análise dos discursos e programas políticos em matéria de redistribuição.

As desigualdades foram diminuídas na França no século XX<sup>1</sup>. Mas, ao contrário do que certas teorias otimistas poderiam levar a crer, essa redução não se assemelha em nada a um fenômeno generalizado e irreversível. Em particular, pode-se constatar que a desigualdade dos salários, para além das múltiplas flutuações de curto e médio prazo, na realidade praticamente não mudou. Por exemplo, sobre os assalariados, os 10% mais bem remunerados sempre receberam um salário médio de cerca de 2,5 a 2,6 vezes o salário médio do conjunto da população; os 1% mais bem remunerados sempre receberam um salário médio de cerca de 6 a 7 vezes o salário médio do conjunto da população...

As diferentes formas de trabalho humano se transformaram totalmente entre as duas extremidades do século, e o poder de compra médio foi multiplicado por 5 aproximadamente, mas a hierarquia das remunerações continuou a mesma. Essa impressionante estabilidade deve sem dúvida ser colocada em paralelo não apenas com a permanência das diferenças de qualificação e formação, mas também com o amplo consenso que sempre rodeou essas hierarquias salariais: a desigualdade dos salários nunca foi realmente questionada por qualquer movimento político que fosse.



Se as desigualdades de renda se reduziram no século XX, no entanto, isso se deve essencialmente aos choques sofridos pelas mais altas rendas do capital. Os patrimônios muito grandes (e as altíssimas rendas de capital que estão vinculadas a eles) conheceram um verdadeiro desmoronamento após as crises do período 1914-1945 (destruições, inflação, falência nos anos 1930).

As décadas que se seguiram depois de 1945 nem sempre permitiram que essas fortunas e essas rendas recuperassem o nível astronômico em que se encontravam nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. A explicação mais convincente está ligada ao impacto dinâmico do imposto progressivo sobre o acúmulo e a reconstrução de patrimônios importantes.

De fato, a alta concentração das fortunas observada no início do século XX é o produto de um século de acúmulo em período de paz: entre 1815 e 1914, as fortunas cresciam sem medo nem do imposto de renda nem do imposto sobre as sucessões (as taxas de imposto mais elevadas atingiam níveis irrisórios antes de 1914). Ao final dos choques do período de 1914-1945, as condições de acúmulo de patrimônios importantes se transformaram totalmente: as taxas superiores dos impostos de renda e sobre as sucessões atingiram níveis extremamente elevados (aqueles aplicados às maiores rendas ultrapassavam os 90% nos anos 1920).

Tornou-se materialmente impossível retornar aos níveis de fortunas comparáveis aos que existiam antes dos choques. O tamanho das transformações assim induzidas

merece ser ressaltado: o abismo que separa as 0,01% maiores rendas (na prática, sempre constituídas por uma parte preponderante de rendas de capital) da média das rendas era cerca de 5 vezes mais considerável no início do século XX do que depois de 1945. Não foram as rendas do capital em si que desapareceram, mas sua concentração que diminuiu consideravelmente: a partilha global da renda nacional entre rendas do trabalho e rendas do capital foi estável na França ao longo do século, mas as repartições no interior de cada uma dessas categorias evoluiu de maneira totalmente diferente (a repartição das rendas do trabalho praticamente não mudou, enquanto a das rendas do capital se comprimiu consideravelmente).

Em outras palavras, nada permite alimentar a ideia segundo a qual as desigualdades já teriam começado a se reduzir antes do início do primeiro conflito mundial. Na ausência dos choques dos anos 1914-1945, é provável que a França não tivesse deixado tão cedo o topo da desigualdade do início do século passado. Em particular, foi preciso esperar os traumas humanos e financeiros provocados pelas guerras mundiais e a crise dos anos 1930 para que a redistribuição fiscal ganhasse uma importância determinante.

Isso não significa necessariamente que seja necessário considerar a compreensão das desigualdades como sendo fruto do acaso dos acontecimentos bélicos ou econômicos. Não é proibido ver nas crises dos anos 1914-1945 uma resposta natural à desigualdade insustentável que caracterizava, então, o capitalismo.



Um retorno ao século XIX seria possível? Os elementos da história comparativa podem fornecer algumas pistas. Em todos os países desenvolvidos, os maiores patrimônios foram amplamente dilapidados ao longo dos anos 1914-1945. Mas os Estados Unidos, além do fato de que partiam de mais baixo e que os choques ali foram menos profundos do que na Europa, se singularizaram por um retorno muito rápido ao longo dos anos 1980-1990: em duas décadas, as desigualdades reencontraram o nível em que estavam na véspera da Primeira Guerra Mundial. Por que os países europeus, e a França em primeiro lugar, não acabaram por seguir a trajetória americana e por reencontrar ao longo das primeiras décadas do século XXI a alta concentração de fortunas e de rendas que prevalecia no final do século XIX e no início do século XX?

Uma tal predição seria com certeza extremamente arriscada. O exame detalhado do século passado mostra com efeito que a história das desigualdades é amplamente imprevisível. Em particular a desigualdade dos salários, a despeito de sua grande estabilidade secular, conheceu ao longo do século XX uma alternância complexa de fases de compressão e ampliação. As rupturas dessa história foram frequentemente as mesmas da história geral da França: além das duas guerras mundiais, que conduziram a compressões importantes das hierarquias salariais, rapidamente executadas quando de cada um dos dois pós-guerras, 1936, 1968 e 1982-1983 constituem também momentos de virada importantes na história da desigual-

dade dos salários. Seria realmente espantoso que não se observasse o mesmo tipo de flutuações e rupturas ao longo deste século; seria presunçoso pretender prevê-las.

Tão incerta quanto possa ser, a ideia de um retorno ao século XIX tem, no entanto, um certo número de fundamentos objetivos. Em primeiro lugar, a transformação dos sistemas produtivos observada nos países desenvolvidos na virada do terceiro milênio: caracterizada pelo declínio dos setores industriais tradicionais e o desenvolvimento da sociedade de serviços e das tecnologias da informação (mas todas as épocas viram setores antigos declinarem e novos setores surgirem), ela provavelmente tem como consequência favorecer um crescimento rápido das desigualdades. Em particular, o forte crescimento registrado nos novos setores tende a permitir o acúmulo, em um tempo relativamente curto, de fortunas profissionais consideráveis. Esse fenômeno já foi observado nos Estados Unidos nos anos 1990, e temos dificuldades em imaginar por que ele não ganharia também a Europa.

Ainda por cima e talvez principalmente por isso, a reconstrução, no início do século XXI, de grandes patrimônios de um nível comparável aos do início do século [XX] é amplamente facilitado pela diminuição generalizada das taxas marginais de impostos que atingem as rendas mais altas. É evidentemente muito mais fácil constituir (ou reconstituir) patrimônios importantes quando as taxas marginais superiores são de 30% ou 40% (ou até claramente menos, com as exonerações particulares) do



que quando essas taxas superiores são de 70% ou 80%, até mais, como durante os “trinta anos gloriosos”, principalmente nos países anglo-saxões.

### **Pensionistas ou empreendedores**

Nos Estados Unidos, e, numa menor medida, no Reino Unido, o aumento das desigualdades patrimoniais observado ao longo dos anos 1980-1990 foi amplamente facilitado pelas fortes diminuições de impostos das quais se beneficiaram as rendas mais altas desde o fim dos anos 1970. Na França e nos países da Europa continental, a conjuntura política e ideológica inicial era diferente: quando a crise econômica dos anos 1970 foi rapidamente interpretada pelas opiniões anglo-saxãs como uma confissão de fracasso das políticas intervencionistas colocadas em prática no final da Segunda Guerra Mundial (a começar pelo imposto progressivo), as opiniões europeias recusaram por muito tempo questionar as instituições associadas ao período sagrado do crescimento.

Mas esse grande abismo transatlântico acabou diminuindo: além do fato de que a estagnação dos poderes de compra constatada ao longo dos anos 1980-1990 levou a uma certa rejeição do imposto sobre a renda, a existência (real ou suposta) de uma mobilidade cada vez mais forte dos capitais e dos “super executivos” constitui hoje um poderoso fator que leva diferentes países a se alinharem numa fiscalidade leve para as rendas em questão.

Tudo parece, então, nos levar a fazer dos primeiros anos deste século os anos fastos para os detentores de patrimônio.

Mas essa conjuntura econômica e intelectual vai durar? A experiência do século XX sugere que as sociedades muito evidentemente desiguais são intrinsecamente instáveis. O estudo do século passado confirma que uma concentração muito forte do capital pode ter consequências negativas em termos de eficiência econômica, e não apenas do ponto de vista da justiça social. É bem possível que o achatamento das desigualdades patrimoniais que ocorreu ao longo do período 1914-1945, acelerando o declínio das antigas dinastias capitalistas e favorecendo o surgimento de novas gerações de empreendedores, tenha contribuído para dinamizar as economias ocidentais dos “trinta anos gloriosos”. O imposto progressivo tem o mérito de impedir que se reconstituam as situações análogas àquela que prevalecia na véspera da Primeira Guerra Mundial, e seu desaparecimento poderia ter como efeito a longo prazo uma certa esclerose econômica de impostos que atingem as rendas mais altas.

Este artigo retoma as principais conclusões do livro *Les Hauts Revenus en France au XX<sup>e</sup> siècle - Inégalités et redistributions* (As Altas Rendas na França no Século XX – Desigualdades e Redistribuições, 1901-1998), Grassett, Paris, 812 páginas.

1 Essa pesquisa se apoia principalmente sobre uma exploração sistemática de fontes fiscais: as declarações de renda (que aparecem com a criação do imposto de renda em 1914), as declarações de salários (que aparecem com a criação de um imposto sobre os salários em 1917) e as declarações de sucessão (que aparecem com a criação do imposto progressivo sobre as sucessões em 1901).